

CONGREGAÇÃO

42ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13.06.2014

Sala da Congregação da FDRP

PARTE I - EXPEDIENTE

1. Discussão e votação da Ata da 41ª Sessão da Congregação, realizada em 09.05.2014.

Aprovada, por unanimidade.

2. Comunicações do Sr. Diretor.

3. Eleição de um docente para compor a Comissão Permanente de Publicações (CPP) da FDRP, tendo em vista o término do mandato do Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos em 09.07.2014.

Eleita a Profª Drª Cynthia Soares Carneiro

4. Palavra aos Senhores Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Cultura e Extensão Universitária e de Pesquisa.

5. Palavra aos Senhores Membros.

PARTE II - ORDEM DO DIA

1. PARA CIÊNCIA

1.1. PROCESSO 2013.1.611.89.6 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DO DIREITO E DISCIPLINAS BÁSICAS

Relatório Final do Concurso para Livre-Docente do Departamento de Filosofia

do Direito e Disciplinas Básicas - Área de Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito - Edital FDRP nº 24/2013, com o encerramento do certame, tendo em vista a desistência do candidato, por motivo de doença.

Ciente.

2, NORMAS DE GRADUAÇÃO

2.1. PROCESSO 2012.1.601.89.0 - FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

Deliberação CG/FDRP N.º 002/12 de novembro de 2012, que dispõe sobre a matrícula em disciplinas do quinto ano por alunos de 5º ao 8º semestres, aprovada pela Comissão de Graduação em 28.11.2012.

Relator: Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias.

Em Sessão da Congregação de 05.04.2013, foi deferido pedido de vista aos representantes discentes Rodrigo Salvador e João Gabriel Salvino da Silva.

Manifestação dos representantes discentes.

Em Sessão da Congregação de 10.05.2013, após amplos debates, foi deliberado o retorno dos autos à Comissão de Graduação para nova análise e retorno à Congregação.

Manifestação do Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos, de 10.06.2013, apresentando algumas propostas de encaminhamento da votação da matéria.

Em sessão de 09.08.2013, a Congregação deliberou, por unanimidade, que o assunto deveria ser encaminhado a uma Comissão *ad hoc* composta pelos professores Ignácio Maria Poveda Velasco, Umberto Celli Junior, Camilo Zufelato, Gustavo Assed Ferreira, Sérgio Nojiri, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Thiago Marrara de Matos e o discente Rodrigo Salvador, para a consolidação em uma normativa a ser apreciada oportunamente pela Congregação. Tendo em vista a mudança do Presidente da Comissão de

Graduação, bem como das Chefias de Departamento, a Comissão foi automaticamente ampliada e passaram a integrá-la, também, os professores Caio Gracco Pinheiro Dias, Alessandro Hirata, Jonathan Hernandez Marcantonio e os novos representantes discentes Ana Letícia Valladão Giansante e Breno Arruda Macchetti.

Em 08.11.2013, a Congregação aprovou, por unanimidade, a minuta de Deliberação proposta pela Comissão *ad hoc*, que dispõe sobre o oferecimento de disciplinas optativas livres na FDRP.

Em 09.05.2014, a Comissão *ad hoc* deliberou submeter à Comissão de Graduação um elenco de disciplinas com a proposta de inclusão das mesmas no rol de disciplinas optativas eletivas da FDRP (fls. 28 a 52 dos autos).

Em 21.05.2014, a Comissão *ad hoc* analisou o conteúdo da Deliberação CG/FDRP nº 02/2012 e propôs à Comissão de Graduação a seguinte redação para o § 3º do art. 1º:

Texto atual: § 3º - Os créditos obtidos em disciplinas de quinto ano terão natureza de créditos de optativa livre, mantendo-se a exigência de cumprimento de, no mínimo, doze créditos de optativas eletivas a serem cursadas obrigatoriamente no 9º e 10º semestres.

Texto proposto: § 3º - Os créditos obtidos em disciplinas de quinto ano antecipadas não contam para o mínimo de doze créditos de optativas eletivas a serem cursadas obrigatoriamente no 9º e 10º semestres.

A Comissão de Graduação, em reunião de 22.05.2014, manifestou-se favoravelmente à inclusão das disciplinas optativas eletivas (fls. 28 a 52), bem como à proposta de alteração da Deliberação CG/FDRP nº 02/2012, com a sugestão de exclusão do limite de créditos por semestre, contidas no art. 1º.

Minuta de Deliberação para apreciação.

Aprovada, por unanimidade. Providenciada a Deliberação FDRP 002, de 16 de junho de 2014 e disponibilizada no site da FDRP.

3. RELATÓRIOS BIENAIIS DE ATIVIDADES DOCENTES

3.1. PROTOCOLADO 2013.5.534.89.9 - RUBENS BEÇAK

Relatório Bial de Atividades Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de 2012/2013.

Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento de Direito Público em 20.12.2013, com base no parecer favorável do relator, Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira.

Parecer do relator, Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco, de 26.03.2014, solicitando o retorno dos autos para o interessado, para que complemente as informações mencionadas, necessárias para uma séria e justa análise do relatório bial apresentado.

Manifestação do interessado de 22.05.2014, em atendimento à solicitação do relator.

Parecer do relator, Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco, manifestando-se favoravelmente à aprovação do relatório bial de atividades do interessado.

Aprovado, por unanimidade, com a ausência do interessado.

3.2. PROCESSO 2011.1.516.89.1 - EDUARDO SAAD DINIZ

Relatório Bial de Atividades Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de 2011/2013.

Aprovado pelo Conselho do Departamento de Direito Público em 12.11.2013, com base no parecer favorável do relator, Prof. Associado Claudio do Prado Amaral.

Parecer do relator, Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco, faz alguns questionamentos e solicita o retorno dos autos ao interessado, para que complemente as informações mencionadas, que considera necessárias para uma séria e justa análise do relatório bienal apresentado.

Manifestação do interessado, respondendo aos questionamentos e apresentando novo projeto de pesquisa, aprovado pelo Conselho do Departamento de Direito Público em 02.05.2013, com base no parecer favorável do relator, Prof. Associado Claudio do Prado Amaral.

Parecer do relator, Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco, manifestando-se favoravelmente à aprovação do Relatório Bienal de Atividades Docentes do interessado, bem como em relação ao projeto de pesquisa apresentado para o próximo biênio.

Aprovado, por unanimidade.

4. RECRENCIAMENTO JUNTO À CERT

4.1. PROCESSO 2009.1.317.89.6 - ANA CARLA BLIACHERIENE

Solicitação de credenciamento junto à CERT – Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada pela interessada.

Aprovada pelo Conselho do Departamento de Direito Público em 08.05.2014, com base no parecer favorável do relator, Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias.

Parecer do relator, Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, manifestando-se favoravelmente ao credenciamento da interessada.

Aprovado, por unanimidade, com a ausência da interessada.

4.2. PROTOCOLADO 2014.5.164.89.8 - RUBENS BEÇAK

Solicitação de credenciamento junto à CERT – Comissão Especial de

Regimes de Trabalho, formulada pelo interessado.

Aprovada pelo Conselho do Departamento de Direito Público em 08.05.2014, com base no parecer favorável do relator, Prof. Dr. Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez.

Parecer da relatora, Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima, opinando favoravelmente ao credenciamento do interessado.

Aprovado, por unanimidade, com a ausência do interessado.

5. RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO

5.1. PROTOCOLADO 2014.5.178.89.9 - FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

Relatório anual das atividades do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, referente ao ano de 2013.

Aprovado *ad referendum* do Conselho Departamento de Direito Privado e de Processo Civil em 12.05.2014.

Aprovado, por unanimidade, para encaminhamento à CPA missão Permanente de Avaliação.

6. CONCURSOS PARA LIVRE-DOCÊNCIA

6.1. PROCESSO 2012.1.547.89.5 - DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL

Programas para abertura de Concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, nas seguintes áreas:

Área: DIREITO COMERCIAL

1. Empresa, empresário e estabelecimento. 1.1. Teoria jurídica da empresa. 1.2. Empresário: caracterização e limites. 1.3. Titularidade da empresa: pessoa natural e pessoa jurídica. 1.4. Estabelecimento. 1.5. Pressupostos de caracterização da EIRELI. 1.6. Sistema de registro público da atividade empresarial. 2. Propriedade intelectual e acesso ao conhecimento. 2.1. Evolução histórica do direito da propriedade intelectual e a ideia da difusão do

conhecimento. 2.2. Direito industrial e interesse público. 2.3. Direito industrial e direito da concorrência. 2.4. Patentes. 2.4.1. Limites ao seu reconhecimento. 2.4.2. Disciplina jurídica. 2.4.3. Licenciamento voluntário e compulsório. 2.4.4. Exaustão de direitos. 2.4.5. A proteção do conhecimento tradicional. 2.4.6. Patentes para biotecnologia. 2.4.7. Patentes químicas, farmacêuticas e alimentícias - o pipeline. 2.5. Modelo de utilidade. 2.5.1. Limites ao seu reconhecimento. 2.5.2. Disciplina jurídica. 2.5.3. Licenciamento voluntário e compulsório. 2.6. Desenho industrial. 2.6.1. Desenhos registráveis e não registráveis. 2.6.2. Disciplina jurídica. 2.7. Marcas. 2.7.1. Marcas registráveis. 2.7.2. Disciplina jurídica. 2.8. Indicação Geográfica. 2.8.1. Indicação de procedência. 2.8.2. Denominação de origem. 2.8.3. Disciplina jurídica. 2.9. Concorrência desleal e importação paralela. 2.10. Cultivares. 2.10.1. Disciplina jurídica. 2.11. Programas de computadores. 2.11.1. Disciplina jurídica. 2.12. Direitos autorais e direitos conexos. 2.12.1. Disciplina jurídica. 3. Fundamentos do direito societário. 3.1. Contrato de sociedade. 3.2. Teoria geral das sociedades. 3.3. Regramento supletivo e regras subsidiárias em matéria societária. 3.4. Sociedades simples. 3.5. Sociedades não personificadas: sociedades em comum e sociedades em conta de participação. 3.6. Sociedades personificadas: tipicidade e utilidade dos modelos. 3.7. Sociedades de pessoas e de capital: utilidade da classificação. 3.8. Sociedades cooperativas. 4. Direito Societário: sociedades anônimas e sociedades limitadas. 4.1. As características e tipificação das Sociedades Anônima e Limitada. Subsidiariedade. 4.2. O processo de constituição das sociedades anônimas e limitadas. 4.3. O capital social nas sociedades anônimas e limitada. Aumento e diminuição. 4.4. Ações. Espécies e classes de ações. Limitações e circulação. Outros títulos de emissão da companhia (partes beneficiárias, bônus de subscrição, debêntures). As quotas partes nas sociedades limitadas. 4.5. Direitos e deveres dos sócios na sociedade anônima e limitada. 4.6. O controlador na sociedade anônima. 4.7. Assembleias gerais e especiais. Reuniões de quotistas. Validade e invalidade das deliberações nas Sociedades Anônimas e Limitadas. 4.8. Administração na sociedade anônima e Limitada. Organização, disciplina e responsabilidades. 4.9. Acordo de acionistas e acordo de quotistas. 4.10. Negócios sobre o controle acionário: alienação de controle e aquisição por companhia aberta. Oferta pública de aquisição e controle. 4.11. Dissolução e liquidação das sociedades anônima e limitada. 4.12. Transformação, incorporação, fusão e cisão nas sociedades anônimas e limitadas. 4.13. Grupos societários: coligação, controle e participação recíproca. 4.14. Grupos societários: subordinação, consórcio e joint venture. 4.15. Subsidiária integral. 4.16. Sociedade de economia mista. 4.17. Sociedades dependentes de autorização. 5. Contratos empresariais. 5.1. Teoria geral dos contratos empresariais. 5.2. Contratos futuros de venda e compra mercantil. 5.3. Locação para shopping Center. 5.4. Contrato de alienação fiduciária. 5.5. Contrato de leasing. 5.6. Contratos de colaboração: agência e distribuição. 5.7. Concessão mercantil. 5.8. Factoring. 5.9. Franchising. 5.10. Contratos bancários. 5.11. Cédulas de crédito. 5.12. Dependência econômica nos contratos empresariais. 6. Títulos de crédito em espécie. 6.1. Noção de crédito e título de crédito. 6.1.1. Conceito de título de crédito. 6.1.2. Títulos de crédito eletrônico. 6.2. Letra de câmbio: origem e

evolução histórica. 6.2.1. Requisitos da emissão. 6.2.2. Declarações cambiárias: aceite. 6.2.3. Aval. 6.2.4. Circulação: endosso. 6.2.5. Vencimento e pagamento. 6.2.6. Protesto e intervenção. 6.2.7. Direito de regresso. 6.2.8. Multiplicação da letra. 6.2.9. Ressaque. 6.2.10. A ação cambial e a prescrição. 6.2.11. A ação de enriquecimento indevido. 6.3. Nota Promissória. 6.3.1. Disciplina jurídica. 6.4. Cheques: modalidades. 6.4.1. Conceito e requisitos da emissão. 6.4.2. Circulação e extinção do cheque: visto e cruzamento. 6.4.3. Compensação. 6.4.4. Prescrição. 6.5. Duplicata Mercantil. 6.5.1. Natureza, requisitos e circulação. 6.5.2. Remessa e devolução. 6.5.3. Vencimento, pagamento e protesto. 6.5.4. Ação Cambial. 6.6. Conhecimento de Depósito e Warrant. 6.6.1. Emissão e Circulação. 6.7. Conhecimento de Transporte. 6.7.1. Emissão. 6.7.2. Modalidades de Endosso. 6.8. Títulos de Créditos e Valores Mobiliários. 6.9. A cédula de crédito bancário e o certificado de crédito bancário. 6.10. Cédula de crédito industrial e Nota de crédito industrial. Cédula de crédito comercial e Nota de crédito comercial. Cédula de crédito à exportação e Nota de crédito à exportação. 6.11. Cédula rural hipotecária. Cédula rural pignoratícia. Cédula rural pignoratícia e hipotecária. Duplicata rural, Nota de crédito rural e Nota promissória rural; Cédula de produto rural (CPR), com ou sem garantia cedular Certificado de depósito agropecuário (CDA; promessa de entrega de produtos agropecuários), Warrant agropecuário (WA; direito de penhor sobre o produto descrito no CDA), Certificado de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de recebíveis do agronegócio. 6.12. Letra de Crédito Imobiliário (LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária), Cédula de crédito imobiliário (CCI) e Cédula de crédito bancário. Letra de arrendamento mercantil (LAM). 7. Direito das empresas em crise: recuperação e falência. 7.1. O direito concursal. A evolução histórica do direito concursal e tendências atuais. 7.2. O direito concursal brasileiro. Institutos e princípios da Lei n. 11.101/2005. 7.3. A disciplina jurídica da Lei n. 11.101/2005. Institutos nas disposições preliminares e disposições comuns. 7.3.1. A Verificação e habilitação de crédito. 7.3.2. O administrador judicial e o comitê de credores. 7.4. A assembleia geral de credores. 7.5. A recuperação judicial: histórico, conceito e instituto. O pedido e o processamento da recuperação judicial. 7.6. O plano de recuperação judicial. 7.7. Processo de recuperação judicial. 7.8. O procedimento simplificado de recuperação para a pequena empresa. 7.9. A recuperação extrajudicial. 7.10. A Falência na Lei n. 11.101/2005: noções gerais e principais mudanças. 7.11. Os tipos de falência. O pedido e o procedimento para a decretação da falência. 7.12. A Habilitação e classificação dos créditos na falência. O pedido de restituição. 7.13. A inabilitação empresarial, os deveres e direitos do falido. 7.14. A arrecadação e guarda dos bens. 7.15. Os efeitos da decretação de falência sobre as obrigações do devedor. 7.16. A ineficácia e a revogação dos atos praticados antes da falência. 7.17. A realização do ativo e o pagamento dos credores. 7.18. O encerramento da falência e a extinção das obrigações do falido. 7.19. As liquidações extrajudiciais. 8. Direito dos Seguros Privados. 8.1. Operação de seguro. 8.2. O Direito dos seguros privados. 8.3. Contrato de seguro. 8.3.1. Interesse segurável. 8.3.2. A conclusão do contrato. 8.3.3. Instrumentos

contratuais. 8.3.4. Garantia e indenização. 8.3.5. Prescrição das ações derivadas do contrato de seguro. 8.4. Seguros de danos e de pessoa. 8.4.1. Exclusões legais de risco nos seguros de dano. 8.4.2. Regra do rateio proporcional nos seguros de danos. 8.4.3. Transmissão do contrato nos seguros de dano. 8.4.4. Diferentes tipos de seguros de dano. 8.4.5. Seguro de vida: diferentes tipos e particularidades. 8.4.6. O Seguro de acidentes pessoais e em grupo. 8.5. O sistema nacional de seguros. 8.5.1. Superintendência de seguros privados. 8.5.2. O Instituto de Resseguro do Brasil. 8.5.3. As sociedades seguradoras. 8.5.4. As sociedades mútuas de seguros. 8.5.5. A liquidação administrativa forçada das entidades seguradas. 8.5.6. Os corretores de seguros.

Área: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Direito Processual Civil I. 1.1. Direito e conflito. 1.1.1. Resolução de conflitos nas sociedades contemporâneas. 1.1.2. Resolução consensual e resolução adjudicada de conflitos. 1.1.3. Negociação, conciliação e mediação – aspectos gerais. 1.1.4. Arbitragem - aspectos gerais. 1. 2. Justiça e Jurisdição. 1.2.1. Poder judiciário – estrutura, organização e funcionamento. 1.2.2. Jurisdição estatal e jurisdição privada. 1.2.3. Jurisdição e direito de ação. 1.2.4. A jurisdição civil. 1.2.5. Jurisdição e processo administrativo. 1.2.6. Competência de jurisdição. 1.2.6.1. A distribuição da competência. 1.2.6.2. Critérios de distribuição da competência. 1.2.6.3. Competência territorial geral. 1.2.6.4. Competência territorial especial. 1.2.6.5. Competência relativa e competência absoluta. 1.2.6.6. Modificações da competência. 1.2.6.7. A declaração da incompetência. 1.3. Direito Processual Civil. 1.3.1. Modelo adversarial e modelo inquisitorial de justiça . 1.3.2. A matriz constitucional do direito processual civil brasileiro. 1.3.3. A perspectiva instrumentalista de estudo do direito processual brasileiro. 1.3.4. Princípios estruturantes do direito processual civil. 1.3.5. Direito processual civil comparado: modelos processuais de civil law, de common law e modelos mistos. 1.3.6. O direito de ação. 1.3.6.1. Teorias do direito de ação e seu significado social e político. 1.3.6.1.2 O sistema brasileiro das condições da ação e pressupostos processuais. 1.4. Participação e processo. 1.4.1. A importância do contraditório nos métodos de resolução de conflitos. 1.4.2. Partes e terceiros nos métodos de resolução de conflitos. 1.4.3. Legitimidade e representação processual. 1.4.4. Deveres das partes e seus procuradores. 1.4.5. Substituição e sucessão processual. 1.4.6. Pluralidade de partes: litisconsórcio – modalidades e efeitos. 1.4.7. O terceiro no processo judicial. 1.4.8. Modalidades de intervenção de terceiros no processo civil brasileiro e seus efeitos. 1.4.9. Assistência. 1.4.10. Denúnciação da lide e chamamento ao processo. 1.4.11. Oposição e nomeação à autoria. 1.4.12. O “amicus curiae” no processo brasileiro. 1.4.13. Outros mecanismos de participação de terceiros. 1.4.13.1. Intervenção espontânea e recurso do terceiro prejudicado. 1.5. Tutela jurisdicional. 1.5.1. Efetividade do processo e tutela jurisdicional. 1.5.2. Forma e função no processo civil. 1.5.3. Tipos de processo civil no sistema brasileiro e o conceito de “processo sincrético”. 1.5.4. Classificações das tutelas jurisdicionais. 1.5.5. Tutela jurisdicional diferenciada. 2. Direito Processual Civil II. 2.1. Forma e função no processo

civil. 2.1.1. Processo e procedimento. 2.1.2. Atos processuais: conceito, classificação e forma. 2.1.3. Inexistências e Invalidades processuais. 2.1.4. Formação e suspensão do processo. 2.1.5. Disponibilidade e flexibilização procedimental no sistema brasileiro. 2.2. Procedimentos judiciais cíveis do sistema brasileiro – aspectos gerais. 2.2.1. Procedimentos ordinário e sumário do processo de conhecimento. 2.2.2. Procedimentos executivos e fase de cumprimento de sentença. 2.2.3. Tutelas de urgência e procedimentos cautelares geral e específicos. 2.3. Procedimento ordinário do processo de conhecimento. 2.3.1. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento. 2.3.2. Pretensão, demanda, pedido e mérito. Cumulação de pedidos. 2.3.3. Citação. Intimação. 2.3.4. Respostas do réu. 2.3.5. A delimitação do objeto do processo e seus efeitos. 2.3.6. Reconhecimento do pedido. Revelia e contumácia. 2.3.7. Reconvenção e ação declaratória incidental. 2.3.8. Fase ordinatória: audiência preliminar. 2.3.9. Saneamento do processo. 2.3.9.1. Saneamento e resolução consensual dos conflitos. 2.3.9.2. Gerenciamento de processos judiciais. 2.3.10. Do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado da lide. 2.3.10.1. Fato e direito na resolução judicial de conflitos. 3. Direito Processual Civil III. 3.1. Prova, verdade e escopos do processo. 3.2. Prova: conceito e aspectos terminológicos. 3.3. Direito à prova: inserção constitucional. 3.4. Objeto da prova. 3.5. Destinatários da prova. 3.6. Atividade instrutória do juiz. 3.7. Prova e presunções. 3.8. Ônus da prova (aspectos subjetivo e objetivo). 3.8.1. Inversão do ônus da prova. 3.8.2. Distribuição dinâmica do ônus da prova. 3.9. Procedimento de produção de provas. 3.9.1. Momento de postulação. 3.9.2. Momento de admissão. 3.9.3. Provas ilícitas no sistema brasileiro. 3.9.4. Momento de Produção. 3.9.5. Prova emprestada. 3.10. Produção de provas em audiência - a audiência de instrução e julgamento. 3.11. A complexa atividade de valoração das provas. 3.12. O direito autônomo à prova. 3.13. O julgamento do processo. 3.13.1. Sentença. Conceito, requisitos e capítulos. 3.13.2. Regras adstrição aos termos da demanda. 3.14. Coisa julgada. 3.14.1. Conceito. 3.14.2. Fundamentos político e jurídico. 3.14.3. Limites objetivos da coisa julgada. 3.14.4. Limites subjetivos da coisa julgada. 3.14.5. Coisa julgada e verdade material – flexibilização da coisa julgada e coisa julgada inconstitucional. 4. Direito Processual Civil IV. 4.1. Impugnação de decisões judiciais. 4.1.2. Recursos – conceito e funções. 4.1.3. Ações autônomas de impugnação. 4.2. Teoria geral dos recursos. 4.2.1. Classificação dos recursos. 4.3. Admissibilidade e mérito dos recursos. 4.4. Efeitos dos recursos. 4.5. Apreciação de matéria de fato e de direito e a sistemática recursal brasileira. 4.6. Recursos em espécie. Apelação. 4.6.1. Cabimento e procedimento. 4.6.2. Delimitação do efeito devolutivo. 4.6.3. Efeito suspensivo – regra, exceções e implicações no andamento dos processos. 4.7. Recorribilidade das decisões interlocutórias. 4.7.1. Recurso de agravo: tipos e cabimento. 4.7.2. Efeito suspensivo dos agravos e antecipação da tutela recursal. 4.7.3. Agravo nos tribunais superiores. 4.8. Embargos de declaração: cabimento, funções e limites. 4.9. Embargos infringentes. 4.10. Embargos de divergência. 4.11. Recursos aos tribunais superiores. 4.11.1. Função recursal extraordinária. 4.11.2. Recurso Especial. 4.11.3. Recurso Extraordinário. 4.11.4. O requisito da repercussão geral. 4.11.5. O julgamento de demandas repetitivas em sede

recursal. 4.12. O papel da jurisprudência no sistema recursal brasileiro. 4.12.1. Mecanismos baseados na aplicação de precedentes judiciais. 4.12.2. Efeitos sobre a sistemática de impugnação de decisões judiciais. 4.13. Ação rescisória. 4.13.1. Função, cabimento e regras gerais. 4.13.2. Limites dos juízos rescindendo e rescisório. 4.13.3. Ação rescisória, coisa julgada e sistema de recursos. 5. Direito Processual Civil V. 5.1. Efetividade do processo e execução civil. 5.2. Execução civil - teoria geral. 5.2.1. Jurisdição e execução. 5.2.2. A crise da execução civil no sistema brasileiro. 5.2.3. Requisitos da execução civil brasileira: título executivo e inadimplemento. 5.2.4. Liquidação da sentença. 5.3. Modelos executivos do sistema brasileiro vigente - mecanismos de subrogação e mecanismos de coerção. 5.4. Procedimentos executivos do sistema brasileiro. 5.4.1. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer e de entrega de coisa. 5.4.1.1. As medidas de apoio para o cumprimento da tutela específica. 5.4.2. Cumprimento de sentença que impõe o pagamento de quantia. 5.4.3. Cumprimento de outros tipos de sentenças que impõem o pagamento de quantia. 5.4.4. Procedimento das execuções fundadas em título executivo extrajudicial. 5.5. Execução fundada em título executivo extrajudicial. 5.5.1. Títulos executivos extrajudiciais. 5.5.2. Responsabilidade patrimonial. 5.5.2.1. Penhorabilidade. 5.5.2.2. Responsabilidade patrimonial secundária. 5.5.2.3. Fraude à execução. 5.5.3. Procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente. 5.5.4. Citação, penhora e avaliação. 5.5.4.1. Tipos de penhora. 5.5.5. Expropriação e pagamento. 5.5.5.1. Adjudicação, alienação particular, hasta pública, usufruto. 5.6. Defesas do executado. 5.6.1. Impugnação ao cumprimento de sentença. 5.6.2. Embargos à execução. 5.6.3. Objeção de pré-executividade. 5.6.4. Defesas heterotópicas. 5.7. Execuções objeto de leis especiais. 6. Direito Processual Civil - Parte Especial. 6.1. Resolução de conflitos nas sociedades contemporâneas. 6.1.1. Métodos consensuais e métodos adjudicatórios de resolução de conflitos. 6.1.2. Verdade, consenso e decisão na resolução de conflitos. 6.1.3. Justiça pública e justiça privada - vantagens e desvantagens. 6.1.4. Contra o acordo? Potencial e limites da resolução consensual de conflitos. 6.1.5. A crise da justiça brasileira e a política nacional de resolução consensual de conflitos. 6.1.6. Justiça informal? Procedimentos e flexibilidades dos métodos alternativos de resolução de conflitos. 6.2. Negociação. 6.2.1. Conflito e interesses. 6.2.2. Negociação posicional e negociação por interesses. 6.2.3. Os passos do modelo de negociação por interesses. 6.2.4. Papéis e características do negociador. 6.3. Mediação e conciliação. 6.3.1. Conceito e eventuais diferenças. 6.3.2. O papel do mediador e a sua formação. 6.3.3. A conciliação judicial: estrutura, limites e funções. 6.3.4. Mediação em conflitos envolvendo direito de família. 6.3.5. Mediação empresarial. 6.3.6. Mediação no âmbito internacional. 6.3.7. Mediação, processo judicial e Poder Judiciário. 6.4. Outros mecanismos de resolução de conflitos: arbitragem, arbitramento, peritagem técnica (Argentina), mediação, conciliação, composição amigável, "mini-trial" (EUA), avaliação neutra de terceiro, arbitragem irritual (Itália). 6.5. Arbitragem. 6.5.1. Arbitragem e jurisdição. 6.5.2. Arbitragem interna e internacional. 6.5.2.1. Organismos internacionais de arbitragem. 6.5.3. A arbitragem brasileira Lei 9.307/96 - aspectos gerais. 6.5.3.1. Arbitrabilidade das

controvérsias. 6.5.3.2. Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e compromisso arbitral. 6.5.3.3. Os árbitros: nomeação, capacidade, atribuições, deveres, responsabilidades, suspeição e impedimento. 6.5.3.4. Procedimento arbitral. 6.5.3.5. A sentença arbitral e seus efeitos. 6.5.3.6. Anulação da sentença arbitral. 6.5.3.7. Execução da sentença arbitral. 6.5.4. A relação entre o Poder Judiciário e a arbitragem: medidas cautelares, antecipação de tutela, medidas instrutórias. 6.5.4.1. "Anti-arbitration injunction". 6.5.4.2. Relativização da "Kompetenz-Kompetenz". 6.5.5. Administração pública e arbitragem. 6.5.6. Arbitrabilidade de pleitos trabalhistas. **7. Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos.** 7.1. Conflitos de direitos nas sociedades contemporâneas: do litígio bilateral aos conflitos policêntricos. 7.2. O significado social e político das ações coletivas. 7.3. A judiciabilidade dos interesses coletivos. 7.4. O modelo processual de resolução de conflitos coletivos: legitimidade, tutela e coisa julgada. 7.4.1. Pressupostos e finalidades da tutela processual coletiva. 7.4.2. O trinômio: Ação - Jurisdição - Processo nos planos individual e coletivo. 7.4.3. O microsistema processual coletivo: fundamentos constitucionais, legislação especial e o código de processo civil. 7.5. Os interesses transindividuais no direito brasileiro e sua evolução legislativa. 7.5.1. Os interesses essencialmente coletivos: difusos e coletivos em sentido estrito. 7.5.2. Os interesses episodicamente coletivos: individuais homogêneos. 7.6. Ação civil pública, da lei 7.347/85: objeto, legitimação, pedido, sentença, coisa julgada. 7.7. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta. 7.8. Concomitância de ações coletivas, entre si e em face de ações individuais. 7.9. Liquidação e execução nas ações coletivas. 7.10. O fluid recovery. 7.11. A coisa julgada coletiva. 7.12. Mandado de segurança coletivo: legitimação, objeto e coisa julgada. **8. O projeto do Novo Código de Processo Civil.** 8.1. A jurisdição no Estado Constitucional. 8.2. A Ação, Defesa e Processo no Estado constitucional. 8.3. A tutela dos direitos fundamentais: tutela do direito processual e tutela de direito material. 8.4. A atuação do juiz na fase cognitiva e executiva. 8.5. A efetiva possibilidade de participação (partes e juiz) na decisão judicial. 8.6. Utilização de técnicas processuais adequadas ao direito material carente de tutela.

Área: DIREITO DO TRABALHO

1. Direito do Trabalho. 1.2. Conceito, definição e divisão do Direito do Trabalho. 1.3. Natureza jurídica do Direito do Trabalho. 1.4. Princípios do Direito do Trabalho. 1.5. Fontes formais do Direito do Trabalho. 1.6. A Constituição Federal. 1.7. A Consolidação das Leis do Trabalho. 1.8. Direito Internacional do Trabalho. 1.9. Direito Comunitário do Trabalho. 1.10. Direito Individual do Trabalho e o seu objeto. 1.11. Relação de emprego e de trabalho. 1.12. Contrato de trabalho. Conceito e figuras afins. 1.13. Sujeitos do contrato individual de trabalho (empregador, empregado, trabalhador autônomo, eventual e avulso). 1.14. Empregador: grupo de empresas, locadores de mão-de-obra e empresas de trabalho temporário. Poderes do empregador. 1.15. Admissão do empregado. Formação do contrato. Contrato de experiência. Ficha de Registros e CTPS. 1.16. Contrato de trabalho: desenvolvimento. 1.17. Empregado doméstico, trabalhador rural, servidor

público, diretor de sociedade, sócio, empregado em domicílio. 1.18. Trabalho de adolescentes: aprendizagem. Outras formas de relações de trabalho: temporários, autônomos, eventuais, cooperativas de trabalho. 1.19. Salário e remuneração. Conceito. Componentes da remuneração. 1.20. Modalidades da estipulação do salário. 1.21. 13º salário. Gratificações. Adicionais, utilidades. Gorjetas. Prêmios. Comissões. Parcelas não salariais. 1.22. Salário mínimo. Piso salarial. 1.23. Regras de proteção ao salário. 1.24. Equiparação salarial. Reajustes e aumento salariais. 1.25. Trabalho da mulher, da criança e do adolescente. 1.26. Saúde e segurança do trabalho. Insalubridade. Periculosidade. Reflexos remuneratórios. 1.27. Jornadas de trabalho. Repouso semanal remunerado. 1.28. Trabalhos em dias de repouso. Revezamento. Consequências remuneratórias. 1.29. Controle de frequência. Justificação de ausências. Regime de compensação. Banco de horas. 1.30. Horas extraordinárias. 1.31. Férias anuais remuneradas. Aquisição do direito. 1.32. Concessão de férias. Férias coletivas. Remuneração. 1.33. Férias e rescisão contratual. 1.34. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. 1.35. Formas de extinção do contrato de trabalho. 1.36. Garantias de emprego. Estabilidade. 1.37. Homologação da rescisão contratual. 1.38. Direitos do empregado em cada tipo de extinção do contrato. 1.39. Aviso prévio, 13º salário proporcional e férias proporcionais. 1.40. Participação nos lucros ou resultados. Indenizações. **2. Direito Coletivo do Trabalho.** 2.1. História. 2.2. Conflitos trabalhistas: Classificação e Formas de composição. 2.3. Direito Coletivo do Trabalho: 2.3.1. Conceito e divisão. 2.3.2. Princípios. 2.4. Liberdade sindical. 2.5. Organização sindical. 2.6. Funções do sindicato. 2.7. O sindicato e poder público. 2.8. Associações sindicais de grau superior: Federações e confederações. 2.9. Centrais sindicais. 2.10. Negociação coletiva. 2.11. Convenções e acordos coletivos. 2.12. Representação dos trabalhadores na empresa. 2.13. Greve: serviço público e privado.

Área: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Princípios. 2. Autonomia. 3. Conceito e definição. 4. Organização da Justiça do Trabalho. 5. Competência da Justiça do Trabalho. 6. Dissídios individuais. 7. Fases postulatórias e conciliatórias. 8. Petição inicial. 9. Audiência. 10. Arquivamento, revelia e confissão. 11. Resposta: contestação e exceções. 12. Fases probatória e decisória: meios e prova e ônus da prova. 13. Sentença. 14. Provas. 15. Recursos no processo trabalhista. 16. Execução no processo trabalhista.

Área: DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

1. História. 2. Princípios. 3. Conceito. 4. Fundamentos. 5. Risco e responsabilidade social. 6. Modelos. 7. Seguridade social no Brasil: 7.1. Saúde. 7.1.1. História. 7.1.2. Conceito. 7.1.3. Princípios. 7.1.4. Modelo brasileiro. 7.1.5. Proteção à saúde no Brasil após a CF/88. 7.2. Assistência social: 7.2.1. História. 7.2.2. Conceito. 7.2.3. Princípios. 7.2.4. Modelo brasileiro. 7.2.5. Coberturas assistenciais após a CF/88. 7.3. Previdência social: 7.3.1. História. 7.3.2. Conceito. 7.3.3. Princípios. 7.3.4. Modelo brasileiro. 7.3.5. Custeio. 7.3.6. Benefícios.

Área: DIREITO AGRÁRIO

1. Aspectos gerais da pessoa jurídica. 2. Empresa. 3. Sociedades civis e comerciais. Associações e Fundações. 4. Classificação dos bens. 5. Teoria do negócio jurídico. 6. Validade e eficácia do negócio jurídico. 7. Classificação das obrigações. 8. Pagamento. 9. Fontes das obrigações. 10. Posse. 11. Propriedade. Aquisição, perda e tipos. 12. Função social da propriedade. 13. Desapropriação da propriedade rural. 14. Usucapião. 15. Teoria geral dos contratos. 16. Princípios do direito contratual. 17. Contratos: aspectos gerais. 18. Teoria da imprevisão e onerosidade excessiva. 19. Compra e venda. 20. Penhor. Tipos. 21. Histórico do Direito Agrário Contemporâneo. Precisão terminológica: agrariedade e ruralidade. Conceito de Direito Agrário. 22. Autonomia ou especialização. Fontes do Direito Agrário Contemporâneo. Relação do Direito Agrário com outros ramos. Institutos do Direito Agrário. 23. Imóvel rural. Divergência e definições. Aquisição por estrangeiro. 24. Empresa agrária. Histórico. Conceito e requisitos. 25. Atividade agrária: principal e conexas. 26. Atividade multifuncional. 27. Empresário agrário. 28. Estabelecimento agrário. Elementos materiais e imateriais. 29. Marca. Marca coletiva. 30. Marca de certificação. 31. Indicações geográficas. 32. Denominação de origem. 33. Contratos de parceria. 34. Contrato de arrendamento. 35. Contratos agrários atípicos. 36. Política agrícola comunitária e EUA. 37. Política agrícola brasileira. 38. OMC e a questão agrícola. 39. Novo Código Florestal Brasileiro. 40. APP e reservas legais nas propriedades rurais.

Área: DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Aspectos gerais de pessoa jurídica. 2. Sociedades. 3. Classificação dos bens. 4. Negócio jurídico. Noções gerais e classificação. 5. Ato ilícito. Responsabilidade objetiva e subjetiva. 6. Abuso de direito. 7. Fontes das obrigações. 8. Classificação das obrigações. 9. Juro. 10. Cláusula penal. 11. Enriquecimento sem causa. 12. Princípios do direito contratual. 13. Compra e venda. 14. Alienação fiduciária em garantia. 15. Direito do consumidor e direito do consumo. 16. Relação jurídica e relação econômica de consumo. 17. Responsabilidade civil nas relações de consumo. 18. Prescrição e decadência nas relações de consumo. 19. A noção de contrato de consumo. 20. Contrato de adesão e sua disciplina no CDC. 21. Cláusulas abusivas no direito do consumidor. 22. Panorama jurisprudencial das novas técnicas e formas de tutela do consumidor. 23. Comércio eletrônico. 24. Equilíbrio contratual e direito do consumidor. 25. Formas publicitárias e direito do consumidor. 26. Desconsideração da personalidade jurídica e direito do consumidor. 27. Direito do consumidor e teoria dos sistemas. Microsistemas: exposição e crítica. 28. Aplicação do CDC ao serviço público. 29. Tutela do consumidor em juízo. 30. Crimes contra a ordem jurídica do consumo. 31. Infrações administrativas contra o consumidor e a ordem econômica. 32. Situações jurídicas metaindividuais no contexto do direito do consumidor: individuais homogêneas, coletivas e difusas. 33. Comportamentos socialmente típicos e direito do consumidor. 34. Relações de financiamento a consumo. 35. Relações de saúde e consumo. 36. Situações jurídicas securitárias e direito do consumidor. 37. Contratos turísticos e direito do consumidor. 38. Convenção

coletiva de consumo. 39. Contratos coligados e direito do consumidor. 40. Cartão de crédito no âmbito do direito do consumidor. 41. Contratos existenciais e direito do consumidor.

Área: DIREITO CIVIL PATRIMONIAL E EXISTENCIAL

1. Direito Civil Patrimonial e Existencial. 1.1. Interpretação das normas jurídicas. 1.2. Pessoa natural: início e fim da personalidade. Aspectos de bioética atinentes ao tema. 1.3. Direitos da personalidade. 1.4. Pessoa jurídica. Teorias, fundamentos, espécies. Desconsideração da personalidade jurídica. 1.5. Teoria dos bens e da relação jurídica. 1.6. Fato, ato e negócio jurídico. Surgimento e distinção entre as figuras. 1.7. Negócio jurídico e declaração negocial. Elementos, requisitos e fatores. 1.8. Interpretação dos negócios jurídicos. 1.9. Representação e aparência de representação. 1.10. Vícios da vontade: erro, dolo e coação. 1.11. Vícios sociais: lesão, estado de perigo, simulação e fraude contra credores. 1.12. Cláusulas acessórias do negócio jurídico: condição, termo e encargo. 1.13. Negócio indireto, negócio fiduciário e fim do negócio jurídico. 1.14. Ato ilícito e distribuição equitativa de prejuízos. 1.15. Pagamento no direito das obrigações. 1.16. Modalidades de extinção das obrigações. 1.17. Mora. Impossibilidade em sentido estrito, impossibilidade econômica e impossibilidade alargada. Teorias de alteração da estrutura do vínculo obrigacional. 1.18. Direito contratual geral. Fundamentos. Sentido e alcance. 1.19. Função social do contrato e causa. 1.20. Boa-fé objetiva no direito das obrigações e dos contratos. 1.21. Contratação na sociedade massificada. Contrato de adesão e condições gerais de contratos. 1.22. Responsabilidade civil. Fundamentos. Espécies. Figuras. 1.23. Classificação dos contratos. 1.24. Contratos orientados à transferência da propriedade. 1.25. Contratos de serviço. 1.26. Contratos de organização da atividade. 1.27. Posse. Noção. Elementos, espécies e tutela. 1.28. Direitos reais e pessoais. 1.29. Propriedade e suas limitações. 1.30. Função social da propriedade. 1.31. Usufruto e seu regime jurídico. 1.32. Servidões e seu regime jurídico. 1.33. Condomínio. Novas modalidades condominiais. 1.34. Espécies de usucapião. Exceção de usucapião. Usucapio Libertatis. 1.35. Modelos de família e de direito de família. A afetividade e o direito de família. 1.36. Casamento. Espécies. Modalidades. Efeitos pessoais e patrimoniais. 1.37. Divórcio e outras modalidades de extinção do casamento. 1.38. Adoção. 1.39. Filiação e sociedade contemporânea. 1.40. Concorrência sucessória. 1.41. Testamento. Modalidades. Redução. Interpretação. 1.42. Colação. Outros aspectos do inventário e das partilhas.

Aprovados pelo Conselho do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil em 05.05.2014.

Após ampla discussão acerca da mudança do mês para a realização dos Concursos para a Livre-Docência na FDRP, foi aprovado, por maioria (7 favoráveis, 2 contrários e 4 abstenções), que as inscrições

para os próximos concursos serão realizadas no mês de novembro.

No que se refere aos programas para abertura de Concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, bem como suas respectivas áreas, foi concedido pedido de vista ao Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos.

6.2. PROCESSO 2012.1.311.89.1 - DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

Programas para abertura de Concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Público, nas seguintes áreas:

Área: DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O Constitucionalismo. 2. Conceito de Constituição. 3. Princípios constitucionais. 4. A eficácia das normas constitucionais. 5. Interpretação e aplicação de normas constitucionais. 6. A teoria do Poder Constituinte. 7. A evolução histórica do Constitucionalismo brasileiro. 8. A democracia / A representação política / Evolução e aspectos atuais. 9. Nacionalidade e direitos políticos. 10. Partidos políticos / Estatuto constitucional dos partidos políticos. 11. A forma de Estado: Federalismo e repartição de competências. 12. As entidades federadas e a intervenção federal e estadual. 13. As teorias de divisão do Poder. 14. Sistemas de Governo. 15. O Poder Legislativo: organização, competências e garantias. 16. O processo legislativo. 17. O Poder Executivo: organização e competências. 18. Princípios constitucionais da Administração Pública. 19. O poder regulamentar. 20. O Poder Judiciário e suas garantias / A organização da Justiça Brasileira / O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça. 21. As funções essenciais à Justiça. 22. O controle de constitucionalidade / Sistemas e caso brasileiro / Impacto no sistema jurídico. 23. A Constituição Econômica e social / A atuação do Estado no domínio econômico e social e seus limites / Controle jurisdicional de políticas públicas.

Área: DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo. 1.1. Origem. 1.2. O direito administrativo no sistema de base romanística. 1.3. O direito administrativo no sistema da common Law. 1.4. Evolução. 1.5. Tendências atuais. 2. Fundamentos político-institucionais do direito administrativo. 2.1. Princípios do Estado de Direito. 2.2. Separação de poderes. 3. Objeto e conceito do direito administrativo. 4. Administração Pública. 4.1. Conceito. 4.2. Administração Pública como atividade: a função administrativa do Estado. 4.3. Administração Pública como sujeito: pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos. 4.4. Desconcentração e descentralização. 4.5. Estrutura: administração direta e indireta. 4.6. Órgãos públicos: teorias, conceito, natureza, classificação. 5. Descentralização administrativa: conceito e modalidades. 5.1. A descentralização no direito brasileiro. 5.2. Desconcentração: administrativa direta. 5.3. Descentralização administrativa: administração indireta. 5.4. Autarquias. 5.5. Autarquias de regime especial: agências executivas e agências reguladoras. 5.6. Fundações.

5.7. Empresas estatais: sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades sob controle do Estado. 5.8. Controle administrativo ou tutela. 6. Terceiro setor. 6.1. Conceito. 6.2. Características. 6.3. Regime jurídico. 6.4. Controle. 6.5. Serviços Sociais Autônomos. 6.6. Organizações Sociais. 6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 6.8. Fundações de Apoio. 7. Regime jurídico da Administração Pública. 7.1. Regime jurídico de direito privado na Administração Pública. 7.2. Regime jurídico administrativo. 7.3. Binômio: supremacia do interesse público e tutela dos direitos individuais. 8. Princípios do direito administrativo. 8.1. Papel dos princípios como fonte do direito. 8.2. Papel dos princípios na interpretação da lei. 8.3. Princípios constitucionais do direito administrativo. 8.4. Princípios infraconstitucionais. 9. Poderes da Administração Pública. 9.1. A noção de poder dever. 9.2. Discricionariedade ou vinculação no exercício dos poderes. 9.3. Poder normativo. 9.4. Poder disciplinar. 9.5. Poder hierárquico. 10. Serviço público. 10.1. Evolução. 10.2. Conceito. 10.3. Elementos da Definição. 10.4. Características. 10.5. Princípios. 10.6. Classificação. 10.7. Meios de gestão. 11. Poder de polícia. 11.1. Evolução. 11.2. Conceito. 11.3. Polícia Administrativa e judiciária. 11.4. Meios de Atuação. 11.5. Características. 11.6. Limites. 12. Ato administrativo. 12.1. Origem da expressão. 12.2. Conceito. 12.3. Atributos. 12.4. Elementos. 12.5. Classificação. 12.6. Atos administrativos em espécie. 12.7. Vícios. 12.8. Extinção e convalidação. 12.9. Confirmação. 13. Processo administrativo. 13.1. Processo e procedimento. 13.2. Modalidades. 13.3. Princípios. 13.4. Meios de apuração da responsabilidade: verdade sabida, sindicância e processo disciplinar. 14. Licitação. 14.1. Conceito. 14.2. Princípios. 14.3. Dispensa e inexigibilidade. 14.4. Modalidades. 14.5. Procedimento. 14.6. Anulação e Revogação. 15. Contrato administrativo. 15.1. Conceito. 15.2. Características. 15.3. Rescisão. 15.4. Formalidades. 15.5. Modalidades. 15.6. Contratos de gestão. 15.7. Convênio e consórcio administrativo. 16. Terceirização na Administração Pública. 16.1. Significado. 16.2. Modalidades. 16.3. Limites. 17. Restrições do Estado sobre a propriedade privada. 17.1. Fundamentos: supremacia do interesse público e função social da propriedade. 17.2. Limitação administrativa. 17.3. Ocupação temporária. 17.4. Requisição administrativa. 17.5. Tombamento. 17.6. Servidão administrativa. 17.7. Edificação ou parcelamento compulsório. 17.8. Desapropriação. 18. Agentes públicos. 18.1. Conceito e modalidades. 18.2. Agentes políticos. 18.3. Particulares em colaboração com a Administração. 18.4. Responsabilidade. 19. Servidores Públicos. 19.1. Conceito. 19.2. Categorias: estatutário, trabalhista e temporário. 19.3. Regime constitucional. 19.4. Direitos e deveres. 19.5. Regime previdenciário. 19.6. Provimento e vacância. 19.7. Responsabilidade civil, penal e administrativa. 19.8. Improbidade administrativa. 20. Responsabilidade civil do Estado. 20.1. Teorias. 20.2. Evolução no direito brasileiro. 20.3. Causas excludentes e atenuantes. 20.4. Responsabilidade por atos judiciais. 20.5. Responsabilidade por atos legislativos. 20.6. Reparação do dano. 21. Bens públicos. 21.1. Conceito. 21.2. Classificação. 21.3. Regime jurídico. 21.4. Alienação e aquisição. 21.5. Utilização por particulares: uso privativo e uso comum. 21.6. Bens públicos em espécie. 22. Intervenção do Estado no domínio econômico. 22.1. Evolução. 22.2. Conceito. 22.3.

Intervenção Direta e Indireta. 22.4. Exploração de atividade econômica pelo Estado. 22.5. Regulação da Atividade Econômica. 23. Controle da Administração Pública. 23.1. Conceito. 23.2. Modalidades. 23.3. Controle administrativo: conceito, recursos administrativos e outros instrumentos de controle, coisa julgada administrativa e prescrição administrativa. 23.4. Controle legislativo: político e financeiro. 23.5. Controle judicial: Sistemas de jurisdição, Privilégios da Administração Pública em juízo, Meios de controle: habeas corpus, habeas data, mandato de injunção, mandato de segurança ação popular, ação civil pública.

Área: DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

1. O problema ambiental e sua abordagem econômica. 2. A correção das externalidades do mercado. 3. O problema ambiental e sua abordagem ética. 4. Interdisciplinariedade e direito ambiental. 5. Direito Ambiental: características e princípios. 6. A problemática do desenvolvimento sustentável. 7. Políticas públicas e direito ambiental. 8. Política ambiental e suas técnicas: instrumentos de comando e controle e instrumentos econômicos. 9. O meio ambiente na Constituição Federal. 10. Competência em matéria ambiental. 11. As regras sobre a apropriação dos recursos naturais. 12. A Política Nacional do Meio Ambiente. 13. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). 14. Atuações preventivas e repressivas da Administração Pública em matéria ambiental. 15. Mecanismos de controle da poluição. 16. O zoneamento ambiental. 17. O Licenciamento ambiental e as avaliações de impacto ambiental. 18. Espaços territoriais especialmente protegidos. 19. A Política Nacional de Recursos Hídricos. 20. A gestão de resíduos sólidos. 21. Responsabilidade pós-consumo. 22. Diversidade biológica, biossegurança e biotecnologia.

Área: DIREITO INTERNACIONAL

Direito Internacional Público e Organizações Internacionais I. 1. Introdução Teórica. 1.1. Direito Internacional e Relações Internacionais (RI). 1.2. O papel do direito nas relações internacionais. 1.3. Evolução histórica do Direito Internacional. 2. Teoria Geral do Direito Internacional. 2.1. Características do Direito Internacional. 2.2. Direito Internacional e Direito Supranacional. 2.3. O debate clássico sobre o Fundamento do Direito Internacional e sobre a sua relação com os ordenamentos jurídicos nacionais. 3. Fontes do Direito Internacional. 3.1. Fontes Materiais e Fontes Formais. 3.2. Classificação das Fontes Formais. 3.3. Tratados internacionais. 3.4. Os Tratados no Direito Brasileiro. 3.5. O Costume internacional. 3.6. Princípios Gerais de Direito. 3.7. Atos unilaterais. 3.8. Atos emanados das Organizações Internacionais. 3.9. Fontes Subsidiárias. Direito Internacional Público e Organizações Internacionais II. 1. Sujeitos do Direito Internacional. 1.1. Atores das relações internacionais e sujeitos de Direito Internacional. 1.2. O Estado – Soberania, Delimitação da soberania, Território, Nacionalidade e Extraterritorialidade, Sucessão de Estados, Reconhecimento do Estado e do Governo. 1.3. Organizações internacionais. 1.4. Sujeitos controvertidos – Indivíduo, Empresas Multinacionais, Movimentos Sociais Transnacionais, Humanidade. 2. Conflitos Internacionais. 2.1. Conceito de Conflito Internacional. 2.2. As

alternativas para a solução de conflitos. 2.3. Procedimentos pacíficos de solução de conflitos internacionais. 2.4. Responsabilidade internacional do Estado. 2.5. A Coerção no direito internacional. 2.6. Conflitos Armados. Direito Internacional Privado I – Processo Internacional. 1. Ordem Pública e DIPRI: proteção aos direitos humanos e direitos fundamentais. 2. Métodos de escolha entre a lei nacional e estrangeira. 3. Fontes do DIPRI: o direito internacional, o direito da integração e o direito interno. 4. Competência internacional dos tribunais internos. 5. Cooperação jurídica internacional: cartas rogatórias. 6. Cooperação jurídica internacional: homologação de sentenças e laudos arbitrais estrangeiros. 7. Cooperação jurídica internacional: auxílio direto. Direito Internacional Privado II – Normas Conflituais. 1. Normas conflituais ou indicativas: estrutura, histórico, classificações. 2. Reenvio. 3. Restrições ao direito estrangeiro: ordem pública, fraude à lei, instituição desconhecida. 4. Estatuto da pessoa natural: personalidade, capacidade, nome e direito de família. 5. Estatuto da pessoa natural: aspectos relativos ao casamento e divórcio. 6. Estatuto da pessoa natural: filiação e adoção internacional. 7. Estatuto das sucessões. 8. Estatuto real. 9. Estatuto das obrigações: contratos internacionais e lex mercatória. 10. Estatuto da pessoa jurídica estrangeira. Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos. 1. Introdução: autonomia do direito internacional dos direitos humanos. 2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos: formação e fase normativa. 3. O Direito Internacional dos Direitos Humanos: consolidação e fase de implantação. 4. As três vertentes da proteção internacional da pessoa: direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. 5. A proteção internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais. 6. Interpretação e aplicação dos tratados e instrumentos internacionais de direitos humanos. 7. Proteção e monitoramento dos direitos humanos. 8. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. 9. O sistema europeu de proteção dos direitos humanos. 10. O sistema africano de proteção dos direitos humanos. Migrações Internacionais e Direito do Estrangeiro. 1. Categorias de I. Wallerstein na análise do direito: o Sistema-Mundo e as migrações internacionais. 2. Teorias das dinâmicas migratórias. 3. A construção do direito internacional relativo ao migrante: direito do refugiado e dos trabalhadores migrantes. 4. Instituições internacionais de proteção ao imigrante. 5. Direito de integração e direito à livre circulação de trabalhadores. 6. Direito do estrangeiro nas Constituições americanas: o direito a não discriminação. 7. O direito do estrangeiro no Brasil: perspectiva histórica e contemporânea. Direito da Integração Regional. Parte 1: Introdução. A Europa Comunitária. 1. Contexto internacional e especificidades europeias. 2. Estruturas europeias. 3. Formação e evolução das comunidades. Parte 2: 1. Natureza Jurídica da Comunidade e de seu Ordenamento jurídico. 2. Princípios constitucionais comunitários. Parte 3: 1. Estrutura orgânica das Organizações de Integração. 2. As Organizações de Integração e a Personalidade Jurídica Internacional. 3. Princípios essenciais de um ordenamento jurídico comunitário. 4. Controle de legalidade. 5. A interpretação uniforme e a solução de controvérsias nos processos de integração. 6. A importância de um Tribunal supranacional para o processo de integração. 7. A ausência de um tribunal supranacional - o caso MERCOSUL.

8. O mecanismo de solução de controvérsias do Protocolo de Olivos. 9. A primeira das liberdades fundamentais de um mercado comum: A livre circulação de mercadorias. 10. A livre circulação de mercadorias na União Europeia e no MERCOSUL. 11. O Programa de Liberação Comercial e o Regime Comum de Origem. 12. A implantação da TEC no sistema do MERCOSUL. 13. A liberdade de circulação de trabalhadores.

Área: DIREITO ECONÔMICO

Teoria da Regulação Econômica. 1. Regulação Econômica: Origem e fundamentos. 2. Regulação: Objetivos jurídicos e econômicos. 2.1 As formas de regulação. 3. Regulação das macro-externalidades. 4. Princípios regulatórios. 5. Regulação, intervenção e bem-estar social. 6. Regulação e a teoria do Desenvolvimento. 7. Regulação dos monopólios. 8. Marcos da Regulação Pós-Constituição de 1988. 9. Regulação preventiva em mercados concentrados ou monopolizados. 9.1. Regulação das Telecomunicações. ANATEL. 9.2. Energia elétrica. ANEEL. 9.3. Gás e Petróleo. ANP. 9.4. Transporte. ANTT. ANAC. ANTAQ. 9.5. Saúde (ANS) e Vigilância Sanitária (ANVISA). 9.6. Regulação das Águas (ANA) e do Saneamento Básico. 9.7 Agência Reguladora e de Fomento (ANCINE). 10. Introdução à Lei Antitruste Brasileira. O CADE e as Agências Reguladoras. 11. Mercado relevante e Posição dominante. 12. Acordos verticais e acordos horizontais. 12.1 Controle de condutas e de estruturas realizados pelo CADE em Mercados Regulados. Direito Concorrencial (Antitruste). 1. Constituição Federal de 1988: princípios da Livre iniciativa e da livre concorrência. 2. A história do direito da concorrência (direito antitruste). 3. A concorrência a intervenção do Estado na Economia. 4. A Nova Lei Antitruste Brasileira (NLAB). 4.1. O Novo CADE e a regulação da concorrência no Brasil. 4.2. Estrutura e Competências. 5. O Controle de Condutas. 5.1 Cartéis. 6. O Controle de Estruturas. 6.1. O Histórico dos Critérios de Notificação e as críticas à NLAB. 7. Definição do Mercado Relevante. 8. Poder no mercado e abuso de posição dominante. 8.1. Repressão ao abuso. 9. Sanções administrativas em casos de conduta. 10. Sanções administrativas no controle de estruturas. 10.1. Estipulações de não concorrência: justificativa econômica e Jurídica. 10.2. Multas. 11. Termo de Compromisso de Cessão de Prática. 12. Acordos de Leniência. 13. Direitos de propriedade intelectual e a livre concorrência. 14. A Defesa da Concorrência no Contexto Internacional. 14.1 OCDE, UNCTAD, ICN, OMC. 15. Concorrência desleal (Lei antitruste X Lei de Propriedade Industrial). 16. Atuação do CADE em Mercados Regulados. Mercado de Capitais. 1. Companhias abertas e Mercado de Capitais. 2. Mercado de Capitais: origem, evolução e função econômica. 3. Mercado de Capitais: princípios informadores. 4. Mercado de Capitais: estrutura regulatória. 4.1 CMN. BACEN. 4.2 CVM e Sociedades Corretoras. 5. Mercado de Capitais e Direito Societário. 6. Informação e mercado. 6.1. Insider Trading. 6.2. Transparência nas companhias abertas. Fato Relevante. 6.3. Conceito de informação relevante e suas exceções. 7. Valores mobiliários: conceitos e espécies. 7.1. Derivativos. 8. Fundos de Investimento. 9. Clubes de Investimento. 10. Abertura de Capital. 11. Poder de controle. 11.1. Controle minoritário e capital pulverizado. 12. Fechamento de capital. 13. Mercado de capitais: sanções administrativas e criminais. 14.

Novo mercado: transparência e globalização dos mercados. Direito Econômico. 1. Teorias do Direito Econômico como Ramo e como Método. 2. Formação Histórica do Estado Social e do Estado Intervencionista. 3. Direito Econômico, Estado e Desenvolvimento. A Atuação do Estado no Contexto Brasileiro desde 1930: o DASP. O PAEG e a Reforma Administrativa. A Reforma do Estado pós-1988. 4. Constituição Dirigente. Constituição Econômica e Ordem Econômica. 5. A Atuação Estatal sobre e no Processo Econômico e suas Técnicas. 6. Planejamento Econômico e Social. 7. Direito Econômico e Empresa. A Empresa como Agente Econômico. Empresas Estatais. 8. Função Social da Propriedade. 9. Reforma Urbana e Reforma Agrária. 10. Disciplina da Moeda e do Crédito e Sistema Financeiro Nacional. 11. O Debate sobre a Interpretação/Aplicação da Ordem Econômica Constitucional. As Considerações Teleológicas na Interpretação/Aplicação da Constituição Econômica. 12. Direito Concorrencial. Controle do Poder Econômico: Estruturas e Condutas Anticoncorrenciais. A Concorrência como Instrumento de Política Econômica. O Abuso do Poder Econômico Privado e o Poder Econômico Público. 13. Serviços Regulados no Brasil: Abordagem Setorial. Regulação e Defesa da Concorrência. 14. Política Econômica e Direito Econômico. 15. Direito Econômico, Políticas Públicas e Desenvolvimento. O Debate entre as Perspectivas Setoriais e a Visão de Totalidade. 16. O Direito Econômico e a Organização Jurídica do Capitalismo. 17. Aspectos Externos da Soberania Econômica. Regime Jurídico do Capital Estrangeiro e Dívida Externa. 18. Aspectos Internos da Soberania Econômica. A Internalização dos Centros de Decisão Econômica e a Proteção Constitucional ao Mercado Interno. 19. A Proteção Constitucional à Livre Iniciativa. Iniciativa Econômica Pública, Iniciativa Econômica Privada e Iniciativa Econômica Cooperativa. A Concorrência como Princípio Constitucional. 20. Atividade Econômica em Sentido Estrito e Serviço Público. O Debate sobre a Concepção de Serviço Público. 21. Planejamento Econômico e Social. O Regime Jurídico do Planejamento. Planejamento e Orçamento. A Experiência Brasileira de Planejamento e seu Sentido Contemporâneo. 22. Política Industrial e Política de Inovação Tecnológica. Desenvolvimento Tecnológico, Competitividade Internacional e Superação do Subdesenvolvimento. 23. Estado e Recursos Minerais. Exploração Econômica dos Recursos Minerais. O Regime Jurídico das Águas. 24. O Monopólio Estatal do Petróleo. Política de Desenvolvimento Energético. 25. Política de Desenvolvimento e Infraestrutura, Transportes e Comunicações. 26. Conceito e abrangência do Direito Econômico Internacional. 27. Fontes do Direito Econômico Internacional. 28. Direito Econômico interno e internacional. 29. A ordem econômica internacional. 30. Os sujeitos do Direito Econômico Internacional. 31. Direitos e deveres econômicos dos Estados no cenário internacional. 32. Direito Econômico da Integração e os tratados de integração econômica regional. 33. Proteção internacional aos investimentos internacionais. 34. Mecanismos e formas de Regulação da Economia Internacional. 35. Mecanismos de Solução de Controvérsias sobre Investimentos Internacionais 36. A Governança Econômica Global em face da questão ambiental: as mudanças climáticas.

Área: DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

1. Noções introdutórias. 1.1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. 1.2. Ciências das Finanças e Direito Financeiro. História e evolução do Direito Financeiro. 1.3. Direito Financeiro: definição, princípios e conteúdo. Política financeira. 1.4. Normas gerais de Direito Financeiro. A Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). 2. Receita Pública. 2.1. Entradas e receitas. Conceito. Classificação econômica (receitas correntes e receitas de capital). 2.1.1. Receitas originárias. Receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços. Receitas oriundas de minerais, energia, petrolíferas e outros recursos naturais. Teoria dos preços. Taxa e preço público. Multas. 2.1.2. Receitas derivadas. Receitas tributárias. Renúncia de receitas. Requisitos da LRF. Gasto tributário - Tax expenditure. Extrafiscalidade. 2.1.3. A Lei de Responsabilidade Fiscal e as receitas públicas: previsão, arrecadação e renúncia de receitas. 2.2. A extrafiscalidade. 2.3. Federalismo fiscal e pacto federativo. 2.3.1. Repartição de fontes de receita: a discriminação da competência tributária. 2.3.2. Repartição do produto da arrecadação: as transferências intergovernamentais. Os fundos constitucionais e legais. 2.3.3. A autonomia financeira dos entes federados e dos poderes constituídos. Distribuição dos encargos públicos. 2.4. Desafios do federalismo fiscal moderno: federalismo fiscal ambiental e federalismo fiscal Metropolitano. 3. Despesa pública. 3.1. Conceito, características e classificações. econômica, institucional, funcional e por programas. 3.2. Princípios: legalidade, legitimidade e economicidade. 3.3. Vinculação de receitas públicas no orçamento. 3.4. Fenômeno rent-seeking. 3.5. Destinação de recursos para o setor privado. Subvenções sociais e econômicas. A atuação do terceiro setor. Convênios, contribuições e auxílios. 3.6. Desvio de recursos, corrupção e improbidade. 3.7. Qualidade do gasto público. Modernização e eficiência da gestão pública. 3.8. Gasto público e as políticas públicas. Democratização do gasto público. 3.9. Regime jurídico e a execução da despesa pública. Os precatórios judiciais. 3.10. Limitação das despesas com pessoal e a LRF. 4. Orçamento. 4.1. Conceito, natureza jurídica e funções. Origem e evolução. Espécies. 4.2. Regime jurídico do orçamento público. A Lei 4320/64 e a LRF. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. 4.3. Leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. 4.4. Ciclo orçamentário. 4.4.1. Fase administrativa: elaboração do orçamento. Orçamento participativo. 4.4.2. Fase legislativa: processo legislativo orçamentário. Emendas Parlamentares. Não aprovação da lei orçamentária. Vetos à Lei Orçamentária. 4.4.3. Execução orçamentária. O princípio da flexibilidade orçamentária. Orçamento impositivo. Sistemas de acompanhamento da execução orçamentária e financeira: SIAFI e SIAFEM. 4.5. Decisões judiciais, orçamento público e ativismo judicial. 4.5.1. Teoria da reserva do possível. 4.5.2. Teoria da impossibilidade material. 4.6. Vinculações de receitas públicas. Princípio da não afetação. 5. Fiscalização financeira e orçamentária. 5.1. Tipos de controle. 5.1.1. Controle interno e controle externo. 5.1.2. Controles prévio, concomitante e subsequente. 5.1.3. Controle social do orçamento e transparência fiscal. 5.2. Os Tribunais de Contas. 5.2.1. Natureza jurídica. Composição e funções. Forma de escolha dos Ministros e Conselheiros. Requisitos para o preenchimento do cargo. 5.2.2.

Controle da legalidade, legitimidade e economicidade. 5.2.3. Funções fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora e corretiva. 5.3. Responsabilização dos agentes públicos. 5.4. A atuação do Ministério Público. 5.5. A atuação da Defensoria Pública. 5.6. A atuação do BACEN e do Ministério da Fazenda. 6. Crédito Público. 6.1. Conceito de crédito, dívida e endividamento públicos. 6.2. Dívida pública e operações de crédito: natureza jurídica, conceitos e classificações. 6.2. Regime jurídico. A Lei de Responsabilidade Fiscal. As Resoluções do Senado. 6.3. Controle, fiscalização e prestação de contas. 6.4. Dívida pública e federalismo. Os limites do endividamento e a responsabilidade fiscal. Endividamento. 7. Direitos fundamentais e direito financeiro. 7.1. Políticas públicas e orçamento. Políticas públicas: conceito, conteúdo, abrangência e regime jurídico. Constitucionalização das políticas públicas. Estrutura financeira das políticas públicas: planejamento e orçamento. Separação de poderes e políticas públicas: competências para formulação e execução: Iniciativa, Formas de implementação, Execução, Recursos. A mudança do paradigma orçamentário: do controle do estado para a implementação de políticas públicas. A função da receita pública no estado democrático e social de direito. 7.2. O financiamento dos serviços públicos de educação, saúde e assistência social. 7.2.1. A Receita Pública e sua relação com os Direitos Humanos: Os direitos de 1a. dimensão vinculados à tributação. Direitos afirmados pelo cidadão contra o Estado. Os direitos de 2a. dimensão vinculados à tributação. Vinculação de recursos ao cumprimento de políticas públicas: transferências intergovernamentais, fundos e outros. Os direitos de 3a. dimensão vinculados à tributação: A extrafiscalidade aplicada aos interesses difusos. 7.2.2. Transferências intergovernamentais: espécies e possibilidades de vinculação ao cumprimento de políticas públicas. Os fundos constitucionais. 7.2.3. Formas de financiamento dos serviços públicos. Os fundos especiais orçamentários. Vinculação de receitas à prestação de serviços públicos. 7.2.4. Distribuição das atribuições e financiamento dos serviços de educação no Brasil. FUNDEF e FUNDEB. 7.2.5. Distribuição das atribuições e financiamento dos serviços de saúde no Brasil. Sistema SUS. Fundo Nacional de Saúde. 7.2.6. Tributos com destinação específica para atuação no âmbito econômico e social. Contribuições Sociais. Referibilidade das contribuições e o orçamento da seguridade social. 7.2.7. A DRU. A EC 59/2009. 7.2.8. A destinação de recursos para o setor privado e a atuação do terceiro setor. Subvenções e outras transferências. 7.3. Decisões judiciais e orçamento. O controle judicial de políticas públicas. Ativismo judicial. 7.3.1. Custo dos direitos. Escassez de recursos e as "escolhas trágicas". 7.3.2. Direitos humanos e restrições orçamentárias. 7.3.3. Garantia do mínimo existencial. 7.3.4. Possibilidades e limites das decisões judiciais. 7.3.5. Intervenção do Poder Judiciário no processo orçamentário. Sentenças aditivas. 7.3.6. Remédios jurídicos e garantia dos direitos. 7.3.7. Teoria da reserva do possível. 7.3.8. Teoria da exaustão financeira. 7.3.9. A proibição do retrocesso. 7.4. Políticas públicas e federalismo. 7.4.1. Descentralização política e administrativa na prestação de serviços públicos. 7.4.2. A divisão de funções entre esferas de governo. Serviços locais, regionais e nacionais. 7.4.3. Cooperação e conflito entre entes federados na formulação e execução de políticas públicas. 8. Precatórios. 8.1

Da Execução contra a Fazenda Pública. 8.2 Precatórios na redação original da CF/88. 8.3 As sucessivas EC sobre precatórios. O debate no STF. 8.4 O uso de Precatórios para pagamento de tributos. 9. Dívida Pública. 9.1. Noções fundamentais e principais conceitos. Operações de crédito, ARO, empréstimos públicos e títulos da dívida. Dívida fluante, fundada e consolidada. Dívida interna e dívida externa. Dívida mobiliária. Superávit e déficit. 9.2. Endividamento do Estado: limites e controle. Dívida pública e responsabilidade fiscal. Autonomia financeira dos entes federados. 9.3. Formas de constituição e garantia das operações de crédito. 9.4. Dívida pública interna e externa. 9.5. Orçamento da seguridade social e déficit da previdência. 9.6. Serviço da dívida, garantias de pagamento, sanções e manutenção dos serviços públicos. 10. Equilíbrio Orçamentário e Sustentabilidade Financeira. 10.1 Conceito de Equilíbrio Orçamentário e de Sustentabilidade Financeira. 10.2 Despesas rígidas e elásticas. 10.3 Equilíbrio orçamentário e endividamento. 10.4 A regra de ouro do endividamento e bens de capital. Críticas.

Área: DIREITO TRIBUTÁRIO

Direito Tributário I. 1. Conceito de Tributo e espécies tributárias. 2. Classificação jurídica dos tributos – tributos vinculados e não vinculados. 3. Sistema Tributário Nacional. 4. Segurança jurídica em matéria tributária. 5. Competência Tributária. 6. As normas gerais de direito tributário. 7. Princípios constitucionais tributários. 8. Imunidades tributárias. 9. Validade, vigência, eficácia e aplicação das normas tributárias. 10. Fontes do direito tributário. 11. Interpretação das normas tributárias. Direito Tributário II. 1. Introdução à Regra-matriz de incidência tributária – hipótese tributária e o fato jurídico tributário. 2. A regra-matriz de incidência tributária – O conseqüente da norma e as relações jurídicas tributárias. 3. A Obrigação tributária. 4. Sujeito ativo. Parafiscalidade. 5. Sujeição passiva tributária. Contribuintes. Responsáveis. Substituição tributária. 6. Crédito tributário e lançamento tributário. 7. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 8. Extinção do crédito tributário. 9. Decadência e prescrição no direito tributário. 10. Garantias do crédito tributário. 11. Ilícitos e sanções tributárias aspectos gerais. 12. Administração tributária.

Área: DIREITO PENAL

1. Evolução da Doutrina Penal: Escolas penais. 2. Tendências do Direito Penal. 3. Lei penal: interpretação. 4. Lei Penal no Tempo. 5. Lei Penal no Espaço. 6. Tipicidade penal. 7. Crimes omissivos e omissão penalmente relevante. 8. Culpabilidade e Responsabilidade. 9. Antijuridicidade e suas excludentes. 10. Funções da Pena. 11. Penas em espécie. 12. Punibilidade e suas excludentes. 13. Crimes contra a vida. 14. Crimes contra a honra. 15. Crimes contra a liberdade individual. 16. Crimes contra o Patrimônio I: Furto, roubo e extorsão. 17. Crimes contra o Patrimônio II: apropriação, estelionato e receptação. 18. Crimes contra a Dignidade Sexual. 19. Formação de quadrilha e crime organizado. 20. Crimes de perigo concreto e abstrato; 21. Crimes do funcionário Público contra a Administração em Geral. 22. Crimes do Particular contra a Administração em Geral. 23. Crimes Financeiros. 24. Lavagem de Dinheiro.

Área: DIREITO PROCESSUAL PENAL

Direito Processual Penal I. 1. Processo penal e Constituição. 2. Garantias constitucionais do processo penal. 3. Investigação criminal: inquérito policial e outras formas de investigação. 4. Ação penal: condições da ação penal, condições de procedibilidade, pressupostos processuais, espécies de ação penal (ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa pública condicionada, ação penal de iniciativa privada). Direito Processual Penal II. 1. Ação civil ex delicto. 2. Competência: conceito, classificação e critérios determinadores. Competência absoluta e relativa. Modificação de competência. Conflito de competência. 3. Sujeitos processuais: juiz, partes, defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 4. Prova: teoria da prova (conceitos, momentos, sistemas, ônus e prova ilícita) e provas em espécie. 5. Atos processuais de comunicação: citação e intimação. Direito Processual Penal III. 1. Procedimentos: processo e procedimentos, espécies (comum e especial), procedimento comum ordinário, procedimento sumário e procedimento sumaríssimo (Lei 9.099/95). 2. Processo e procedimento do júri. 3. Procedimentos incidentais: exceções e outros incidentes. 4. Questões prejudiciais. 5. Sentença e coisa julgada. Direito Processual Penal IV. 1. Nulidades: teoria das nulidades (sistema de nulidades e Constituição, natureza jurídica, conceito, princípios, espécies, efeitos) e nulidades em espécie. 2. Recursos: teoria dos recursos (duplo grau, ações impugnativas autônomas - diferenças, natureza jurídica, conceito, característica, princípios, efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, condições recursais e pressupostos recursais). 3. Prisão e liberdade: prisão cautelar (conceito, natureza jurídica, pressupostos e espécies), liberdade provisória (com e sem vínculos) e medidas alternativas à prisão cautelar. 4. Provedimentos cautelares patrimoniais penais: sequestro, hipoteca legal e arresto. Processo Penal e Constituição. 1. Direito processual constitucional. Tutela constitucional do processo. Jurisdição constitucional das liberdades. 2. As garantias do processo penal na Constituição e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 3. Presunção de inocência: princípio e garantias. 4. A cláusula do devido processo legal. Evolução histórica. Sentidos material e processual. 5. O juiz independente e imparcial. O princípio do juiz natural e sua dúplice garantia. A garantia do juiz constitucionalmente competente. 6. A garantia do contraditório. A estrutura dialética do processo. Contraditório concreto e efetivo. O papel do juiz. 7. O processo penal como processo de partes. Igualdade formal e igualdade real. A "par condicio". 8. Ampla defesa. Autodefesa e defesa técnica. O princípio "nemo tenetur se accusare" e o direito ao silêncio. 9. O conteúdo da garantia do contraditório: a - contraditório sobre o direito; b - direito à prova; c - limites do direito à prova; c1 - provas ilícitas; c2 - interceptações telefônicas; c3 - gravações clandestinas; d - o contraditório no momento da decisão. 10. A publicidade processual e seus limites. 11. A motivação das decisões. Estrutura da motivação: motivação de fato e de direito. Vícios de motivação. 12. O duplo grau de jurisdição e o direito ao recurso. 13. Garantias constitucionais da prisão cautelar. 14. As modalidades de prisão cautelar: a - prisão preventiva; b - flagrante; c - prisão decorrente de pronúncia; d - prisão decorrente de sentença condenatória

recorrível. O direito de apelar em liberdade; e - prisão temporária; f - duração da prisão cautelar. 15. A motivação das decisões judiciais no processo penal. 16. Prisão e liberdade provisória. Indenização pela prisão injusta. 17. As garantias do julgamento pelo Tribunal do Júri. 18. Justiça penal consensual. A lei dos Juizados Especiais Criminais. 19. Habeas corpus e mandado de segurança contra ato jurisdicional penal. Direito da Execução Penal. 1. Natureza, objetos e objetivos da execução penal. Princípios da execução penal: Legalidade. Humanidade. Isonomia. Jurisdicionalidade. Individualização da pena. Intranscendência ou personalidade. Presunção de inocência. Ampla defesa e contraditório. 2. Evolução histórica. Aplicação da lei de execução penal. Sujeitos passivos da lei de execução penal: Preso provisório. Condenado: Classificação do condenado. Exame criminológico. Periculosidade e agente imputável. Comissão Técnica de Classificação (CTC). Comissão junto ao Juízo da Execução. Beneficiário do sursis. Libertado condicionalmente. Crime político. Crime militar. Crime eleitoral. Crime de competência federal. Submetido à medida de segurança. Prisão civil. Prisão administrativa. Egresso. Estrangeiro. Indígena. 3. Assistência ao preso: Assistência material. Assistência à saúde. Assistência jurídica. Assistência educacional. Assistência social. Assistência religiosa. Assistência ao egresso. Auxílio-reclusão, Trabalho: Remuneração. Remição. Trabalho interno. Trabalho externo. 4. Deveres. Direitos. Disciplina. 5. Órgãos do sistema de execução penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Juízo de execução. Ministério Público. Patronato. Conselho da Comunidade. 6. Estabelecimentos penais. Classificação e separação. Instalações especiais, Lotação. Vagas. Estabelecimentos em espécie. 7. Execução das penas privativas de liberdade. Execução provisória. Pena privativa de liberdade. Guia de recolhimento. Liquidação das penas. Prisão especial. Regimes. Remição. Detração. Autorizações de saída. Alvará de soltura. 8. Execução das penas restritivas de direitos. Código penal. Lei de abuso de autoridade. Código de defesa do consumidor. Código de trânsito. Lei de crimes ambientais. Estatuto do torcedor. Lei de falência. Aplicação e execução. Suspensão da execução das penas restritivas. Prescrição. 9. Execução da pena de multa. Valor. Pagamento. Não pagamento. Suspensão. Execução. Prescrição. Transcendência da pena de multa. 10. Medida de segurança. Aplicação. Espécies. Prazo. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável. Execução. Cessaçao da periculosidade. Desinternação ou liberação condicional. Extinção da medida de segurança. Tratamento médico da lei 11.343/2006. 11. Suspensão condicional da execução da pena (Sursis). Período de suspensão. Requisitos. Concessão. Crimes hediondos. Fixação das condições. Condições em espécie. Registro e averbação. Perda de eficácia. Fiscalização. Revogação. Prorrogação do período de prova. Extinção. 12. Livramento condicional. Requisitos. Gravidade do crime. Procedimento para a concessão. Condições. Acompanhamento. Suspensão. Revogação. Interrupção do prazo. Prorrogação. Cumprimento da pena em livramento condicional. 13. Monitoramento eletrônico. Possibilidades técnicas. O monitoramento como pena. Regime fechado e monitoramento. Prisão preventiva e monitoramento. O monitoramento na lei de execução penal. Regulamentação estadual. 14.

Incidentes na execução. Conversões. Excesso ou desvio. Anistia. Indulto. Graça. Comutação da pena. Delação premiada. Remissão. 15. Regime Disciplinar Diferenciado. Procedimento judicial. Código de processo penal e lei de execução penal. 16. Código penal e lei de execução penal. Rito processual. Recursos. Mandado de segurança. Revisão criminal. Habeas corpus. 17. Reabilitação. Natureza. Competência. Objeto e alcance. Requisitos. Procedimento. Revogação. Recursos.

Área: TEORIA GERAL DO ESTADO

1. Teoria do Estado: noção, objeto, método; 2. Sociedade; 3. Poder; 4. Soberania; 5. Estado: conceito, origem, evolução; 6. Estado, território e povo; 7. Finalidades e Funções do Estado; 8. Estado e Direito; 9. Estado e Democracia; 10. Democracia: Tipologia, evolução, perspectivas atuais; 11. Representação / Sistemas eleitorais e Sistemas partidários; 12. Formas de Estado / O Estado Federal; 13. As teorias de divisão do Poder; 14. Sistemas de governo; 15. O Estado na Ordem internacional / O futuro do Estado.

Área: DIREITOS HUMANOS

1. Os direitos humanos na perspectiva histórica: sua evolução e afirmação; 2. Questões terminológicas: direitos humanos, direitos fundamentais e liberdades públicas; 3. Teorias explicativas dos direitos humanos / A teoria geracional; 4. Os direitos humanos em espécie; 5. Os direitos individuais; 6. Os direitos sociais e suas subespécies; 7. Os "direitos de solidariedade"; 8. Os direitos políticos; 9. Restrições a direitos fundamentais: razoabilidade e proporcionalidade / O direito de resistência; 10. As garantias e os remédios constitucionais; 11. Estado de defesa e Estado de sítio; 12. A jurisprudência do STF em matéria de direitos humanos; 13. Tratados internacionais sobre direitos humanos e a ordem constitucional interna.

Aprovados pelo Conselho do Departamento de Direito Público em 08.05.2014.

Após ampla discussão acerca da mudança do mês para a realização dos Concursos para a Livre-Docência na FDRP, foi aprovado, por maioria (7 favoráveis, 2 contrários e 4 abstenções), que as inscrições para os próximos concursos serão realizadas no mês de novembro.

No que se refere aos programas para abertura de Concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Público, bem como suas respectivas áreas, foi concedido pedido de vista ao Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos.

6.3. PROCESSO 2012.1.546.89.9 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DO DIREITO E DISCIPLINAS BÁSICAS

Programas para abertura de Concurso de Livre-Docência do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, nas seguintes áreas

Área: HISTÓRIA DO DIREITO

A. Parte Geral. História do Direito Ocidental. 1. A História do Direito: conceito; divisões; metodologia; fontes; interdisciplinaridade. 2. Direito, Jurisprudência e Justiça no pensamento clássico (greco-romano). 3. O direito na Grécia antiga: fontes; direito público; processo. 4. O direito em Roma: fontes; processo; ensino do Direito; codificação de Justiniano. 5. O direito germânico: características; fontes; compilações; direito visigótico. 6. O direito canônico: características; fontes; compilações; legado. 7. A recepção do direito romano nas universidades: glosadores e comentadores. 8. A formação do ius commune. O Humanismo e a Escola do Jusnaturalismo racionalista. 9. O movimento codificador: o Code Civil e o B.G.B. 10. O direito continental e o Common Law. B. Parte Especial: A História do Direito Luso-Brasileiro. História do Direito Português. 1. Origens de Portugal e antecedentes jurídicos. A Península Ibérica antes da romanização. Dominação romana: contexto sociopolítico. O direito romano na península. Invasões germânicas: contexto sociopolítico. O reino visigótico. Direito romano-germânico. Direito visigótico. Fuero Jusgo. Dominação muçulmana: contexto sociopolítico; situação jurídica. 2. O Estado Português e seu direito. 2.1. Formação do Estado Português (S. XII-XIII): contexto sociopolítico. O direito costumeiro: origem, influências, fontes. Outras fontes jurídicas nesse período (Leis gerais, direito romano-canônico, código visigótico). A fundação da Universidade de Coimbra. 2.2. Consolidação do Estado Português (S. XIV-XV): contexto sociopolítico. O direito nacional: as Ordenações do Reino. História do Direito Brasileiro. 1. O Direito Luso-brasileiro no período colonial. Legislação geral: Ordenações e legislação extravagante. Leis especiais para o Brasil. O direito local. Contexto sociopolítico antes da Independência: fator humano e fator político. Situação jurídica antes da Independência: doutrina, legislação. Principais aspectos da legislação joanina e do Regente D. Pedro. 2. O Direito Brasileiro no Império. A Constituinte de 1823 e a Carta Constitucional de 1824. Os Cursos Jurídicos. As codificações: Código Criminal; Código Comercial; projetos de Código Civil. 3. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do séc. XIX. A família. O direito das coisas. O direito das obrigações. 4. Problemáticas jurídicas particulares. A escravidão. O Direito indígena. A situação jurídica da mulher. As religiões e os cultos no Brasil. A propriedade territorial.

Área: DIREITO ROMANO

1. Direito Romano: contexto histórico; conceito; utilidade do seu estudo. 2. Conceito do Direito e suas classificações. 3. Fontes do Direito Romano: classificação e evolução histórica. 4. Sujeitos de direito: pessoa física – capacidade jurídica de gozo: status libertatis, status civitatis, status familiae. Pessoa jurídica. 5. Objetos de direito: conceito e classificações. 6. Ato jurídico: conceito; capacidade de agir; classificação; vícios; conteúdo; representação. 7. Direitos reais: conceito; tipos. 8. Propriedade: conceito; história;

limitações; co-propriedade. 9. Modos de aquisição da propriedade. 10. Proteção da propriedade. 11. Posse: conceito; aquisição; meios de proteção. 12. Direitos reais sobre coisa alheia. 13. Obrigações: conceito; partes; objeto; fontes; inadimplemento; mora; obrigações naturais. 14. Contratos: conceito; espécies; quase contratos. 15. Delitos: conceito; espécies; quase delitos. 16. Obrigações: garantias; transmissão; extinção. 17. A família romana: conceito; histórico; pátrio poder. 18. Casamento: conceito; requisitos e impedimentos; efeitos; esponsais; dissolução; dote; doações entre cônjuges. 19. Tutela e curatela. 20. Sucessão: conceito; tipos.

Área: FILOSOFIA DO DIREITO E TEORIA GERAL DO DIREITO

1. Objeto, programa e desafios da filosofia do Direito. 2. Sentido filosófico da busca pelo fundamento do Direito. 3. O nascimento do Ocidente como civilização fundada na ciência (filosofia) e o problema do fundamento do Direito. 4. O jusnaturalismo: Aristóteles e Santo Tomás de Aquino. 5. A construção do Direito na modernidade. 6. O positivismo jurídico: Hans Kelsen e H. L. A. Hart. 7. O realismo jurídico escandinavo. 8. Crise do positivismo e a restauração do problema do fundamento. 9. Direito e moral. 10. Paradigmas epistemológicos da ciência do Direito no quadrante dos jusnaturalismos moderno-iluministas. 11. Hermenêutica, Filosofia e Direito. 12. Retórica, Filosofia e Direito. 13. As perspectivas contemporâneas do Direito como Retórica. 14. Teorias contemporâneas da Justiça. 15. O Direito na perspectiva de Robert Alexy. 16. O Direito na perspectiva de Ronald Dworkin. 17. Paradigmas epistemológicos da ciência do Direito no quadrante dos pós-positivismos jurídicos. 18. Direito e Literatura. 19. O realismo jurídico americano. 20. Direito e Economia. 21. Critical Legal Studies. 22. Direito, raça, gênero e sexo. 23. Teoria discursiva do direito e da democracia.

Área: SOCIOLOGIA DO DIREITO

1. Racionalidade e Burocratização: o direito na sociedade capitalista. 2. O direito como fato: condicionamento socioeconômico da normatividade. 3. A crise do Estado capitalista e a reprodução da juridicidade. 4. Eficácia do Direito e legitimidade da ordem jurídica. 5. O desencantamento do mundo e o processo de positivação do Direito. 6. Sociologia Jurídica e Teoria Sociológica do Direito: diálogo e convergências. 7. Direito e Ideologia: a função social dos juristas. 8. Mudança social e processo legal: a "complexificação" dos conflitos. 9. Politização da Justiça e judicialização da política: um balanço do debate atual. 10. Sistema jurídico e legalidade: o direito na sociedade industrial. 11. Transformações societárias, novos atores sociais e direito. 12. A Sociologia dos Tribunais. 13. Pesquisa empírica na ciência do Direito, em geral, e na Sociologia do Direito, em particular. 14. Fundamentos da Sociologia Geral (origem, conceito, evolução, natureza, terminologia). 15. Perspectiva da Sociologia, pertinência, aplicações e importância. 16. A Teoria do Fato Social: Émile Durkheim e a tradição sociológica. 17. Racionalização e compreensão em Max Weber. 18. Karl Marx e a crítica do capitalismo moderno e contemporâneo. 19. As análises sociológicas funcionalistas e sistêmicas. 20. Construção e desconstrução do conceito de sociedade civil e as suas implicações. 21. O entendimento da esfera pública em Jürgen Habermas. 22.

O conceito de comunidade como uma noção socialmente relevante. 23. A evolução da cidadania. 24. O Estado, a sociedade e a emancipação. 25. A Sociologia como crítica da racionalidade social. 26. A Sociologia e sua tradição na América Latina. 27. A Sociologia e sua tradição no Brasil. 28. Poder, sociedade e política. 29. Controle social e instituições. 30. O Estado e o Direito na transição "pós-moderna". 31. O fenômeno da internacionalização/globalização e a sociedade de risco: novas mudanças paradigmáticas? 32. Violência e Ordem Democrática. 33. Sociologia, Inter e Transdisciplinaridade nas sociedades complexas.

Aprovados *ad referendum* do Conselho do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas em 28.04.2014.

Após ampla discussão acerca da mudança do mês para a realização dos Concursos para a Livre-Docência na FDRP, foi aprovado, por maioria (7 favoráveis, 2 contrários e 4 abstenções), que as inscrições para os próximos concursos serão realizadas no mês de novembro. No que se refere aos programas para abertura de Concurso de Livre-Docência do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, bem como suas respectivas áreas, foi concedido pedido de vista ao Prof. Dr. Thiago Marrara de Matos.